

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS – CESP  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

**THOMAZ MEIRELLES: MEMÓRIA DE UM PARINTINENSE DESAPARECIDO  
POLÍTICO NA DITADURA CIVIL-MILITAR**

Ivana Pinheiro Printes\*

Diego Omar da Silveira\*\*

**RESUMO:** Este artigo procura apresentar a figura de Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto, jornalista e sociólogo por formação, natural de Parintins, Amazonas. “Thomazinho Meirelles”, como era mais conhecido em sua cidade natal, engajou-se em movimentos políticos desde sua juventude, tendo até se filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e à Ação Libertadora Nacional (ALN). Sua trajetória como militante de esquerda é marcada até por viagens à Cuba e à União Soviética, onde estudou e conheceu sua esposa. De volta ao Brasil, sua militância torna-se mais evidente e abrangente no período do regime militar brasileiro, instalado em 1964. Nesse período podemos analisar alguns passos que o militante percorreu entre os anos de 1971 a 1974, quando do seu “desaparecimento”, marcado pela tortura e ocultação de seu corpo, como relata o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) de 2014. Nossa pesquisa privilegia sua atuação, partindo de fontes bibliográficas e fontes orais, tendo para isso, como colaboradores, pessoas com vínculo familiar e professores de história da rede pública de ensino, cujas narrativas nos ajudam a entender como a memória de Thomazinho Meireles é construída e apresentada para a sociedade parintinense, que mantém como lugares de memória uma rua e uma escola com seu nome.

**PALAVRAS-CHAVE:** Militante; Desaparecido político; Ditadura Civil-Militar.

## INTRODUÇÃO

O período da história brasileira conhecido como ditadura civil-militar continua sendo objeto de investigações dos mais diversos campos do conhecimento, especialmente a História. Parte das temáticas que cobrem essa conjuntura da nossa história recente são os desaparecidos políticos durante os vinte anos de vigência do regime (1964-1985). Centenas de pessoas foram presas e desapareceram durante esses anos, mas apenas uma década após o fim do regime militar, o governo brasileiro reconheceu “como mortas pessoas desaparecidas em

---

\* Acadêmica do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado do Amazonas do Centro de Estudos Superiores de Parintins. E-mail: ivanaprintes43@gmail.com

\*\* Professor assistente do Curso de História do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail:Diegomarhistoria@yahoo.com.br

razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979” (BRASIL, 1995).

Dentre os reconhecidos pelo Estado brasileiro, em anexo à lei 9.140/1995, como desaparecidos políticos no regime militar, está o nome de Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto, no número 127: “brasileiro, casado, nascido em 1937 em Parintins, AM, filho de Togo Meirelles e Maria Garcia Meirelles (1974)” (BRASIL, 1995). O ano, 1974, é a época do seu desaparecimento.

Sendo Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto o único amazonense presente na lista dos primeiros reconhecidos como vítimas do Estado no período do regime militar, e percebendo a relação de sua cidade natal, Parintins, com a memória dele, este trabalho nasceu para estudar a trajetória desse sujeito histórico, baseado em análises de fontes bibliográficas e fontes orais. De acordo com Marcio Rys Meirelles de Miranda, sobrinho de Thomaz, “Thomazinho Meirelles”, como também era conhecido<sup>1</sup>, foi preso pela primeira vez em 1970 e posto em liberdade em 1972, sendo preso novamente em 1974 e a partir de então não tiveram mais notícias de sua localização.<sup>2</sup>

Na atual conjuntura política, em que se faz exaltações à torturadores e apelos à volta do Ato Institucional nº 5 (AI-5)<sup>3</sup>, é difícil não nos reportarmos a um momento de nossa história em que havia uma direção clara de eliminação de qualquer pessoa que fosse contrária ao regime vigente. Período em que muitas pessoas “desapareceram” de forma obscura, em que o Estado se armou para erradicar um pretense “comunismo” no Brasil, que de fato era distorcido pela direita. Os militantes eram taxados pelo sistema como “guerrilheiros”, “subversivos”, porque lutavam contra uma falsa moralidade nacionalista e principalmente pelo retorno dos direitos democráticos.

Se na atual conjuntura brasileira, vemos atos parecidos como esses, condutas que rememoram ações tão perversas, com governos que fomentam o sentimento de ódio e a banalização da sociedade, então notamos o retrocesso de maneira ágil. Vivemos tempos duvidosos, onde não sabemos que direção tomar, frente a discursos de intolerância e de ódio que estão sendo expostos e naturalizados de forma inescrupulosa.

Como não se indignar com atitudes do atual Presidente Bolsonaro, que justifica suas

---

<sup>1</sup> Encontramos várias formas de escrita do nome como Meirelles Neto era conhecido. Optamos nesse trabalho pelo uso de “Thomazinho”.

<sup>2</sup> MIRANDA, Marcio Rys Meirelles de; MEIRELLES, Maria Garcia. **Biografia de Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto**. Manaus, 23 de Abril de 1999.

<sup>3</sup> Os Atos Institucionais foram decretados pelo governo militar, nos primeiros anos da ditadura, estabelecendo leis sem a votação do Congresso Nacional e estando até acima da Constituição (FICO,2014; BRASIL,2007). O AI-5, um dos mais famosos, foi instituído em 1968, dando poderes punitivos ilimitados ao regime militar.

medidas de mudanças da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que tem como único argumento que o Brasil agora tem um “governo de direita”?<sup>4</sup> Não apenas a CEMDP foi alvo do Presidente do Brasil. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) sofreu agressões frequentes, ressaltando que ela organizou um relatório divulgado em 2014, no qual conclui que 434 pessoas foram vítimas, sob violência do Estado, no período de 1946 a 1988. Como não associar essas questões que estão sendo escancaradas e a sociedade inerte diante de mais um golpe contra a democracia? Não queremos mais esse modelo de horror, não queremos mais mortos e nem “desaparecidos”.

Parintins, durante todo esse processo político, não ficou de fora das represálias que o sistema vigente promovia no Brasil, e que tinha como pretexto a Segurança Nacional. Distante dos centros em que proliferavam as lutas, saíria desta cidade, um representante que viria ser um dos jovens que lideraria um número considerado de adeptos do movimento de esquerda no Amazonas.

A pesquisa foi elaborada em decorrência de uma inquietação referente à escola e a rua que leva o nome “Thomazinho Meirelles”. Nesse caso, se faz oportuna a recuperação da história e memória desse sujeito histórico, que traz em seu currículo as lutas nos movimentos sociais em favor da democracia para todos.

De caráter qualitativo, esta pesquisa apoiou-se nos Relatório da Comissão Nacional da Verdade, documentos oficiais constituídos a partir do reconhecimento do Estado brasileiro do seu papel nas repressões e mortes durante o regime militar. O levantamento bibliográfico, em livros, documentos e internet, permitiram traçar a biografia de Thomaz Meirelles, as circunstâncias e contextos dos desaparecidos políticos no contexto do regime militar no Brasil e dos embates entre a história e a memória. Ainda realizamos entrevistas temáticas, com Carlos Eduardo Meirelles, Irian Butel, Cristiane Butel e Patrícia Regina Silva, professores em Parintins, para assimilar e abranger as formas e os entendimentos destes profissionais da educação e analisar suas concepções sobre Thomaz Meirelles e a importância de sua memória para o ensino e a sociedade parintinense.

Para tecer esse artigo dividimos em quatro sessões, a saber: A primeira sessão, intitulada “*Os Porões se abrem: Por de trás da Revolução*”, tem como o foco principal os aparelhos de repressão, suas contribuições, suas consequências e o seu tempo de duração em um contexto referente a Ditadura Civil- Militar. A segunda seção “*Militante? Político? Quem*

---

<sup>4</sup> COMISSÃO SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS: VEJA QUEM ENTRA E QUEM SAI. G1. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/01/comissao-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos-veja-quem-entra-e-quem-sai.ghtml>. Acesso em 10/12/2019.

*foi Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto?*”, corresponde ao questionamento de quem foi Thomaz Meirelles. A terceira seção, “*Dos Porões à casa da Morte*”, aborda o processo de tortura até a suposta incineração na Usina Cambahyba, localizado em Campos dos Goytacazes (RJ). E por fim, a quarta sessão é dividida em dois subtópicos, onde são localizadas as memórias de Thomaz Meirelles na cidade de Parintins.

### **OS PORÕES SE ABREM: por de trás da “Revolução”**

Para compreendermos a trajetória de Thomazinho Meireles, primeiro precisamos analisar o contexto histórico de sua militância e “desaparecimento”. O golpe de 1964 se definiu com a derrubada do então presidente do Brasil, João Goulart, com apoio de amplos setores civis e militares (FICO, 2014). Esse episódio marcou profundamente a história do Brasil, pois, o Estado assumiu uma postura repressiva a qualquer ato que tivesse característica opositora a esse regime (TELES, 2001; FICO, 2012, 2014).

Com isso, podemos citar um militante que faz parte dessa conjuntura política e que adentra nos meandros da ditadura civil-militar, focando-o especificamente nas lutas sociais de massas e que conseqüentemente viria a ser uma vítima do instrumento de repressão. Mediante isso, lhe atribuíram imagens de “guerrilheiro”, “comunista” e “subversivo”. Foi preso, torturado e morto, por órgão de inteligência, tendo total respaldo do Estado brasileiro. O militante, Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto, em sua vida política, participou ativamente das lutas dos movimentos sociais.

Dentro deste contexto, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), considera que Thomaz foi vítima, em decorrência de sua posição política e ideológica, de um regime autoritário que buscava limpar o Brasil de uma “ameaça comunista” e também livrar-se de seus opositores. Thomaz Meirelles “foi preso aos 36 anos de idade, no dia 7 de maio de 1974, no bairro do Leblon no Rio de Janeiro. Dessa data em diante nunca mais foi visto” (BRASIL, 2014d). Com isso, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) o reconhece em seu relatório como “desaparecido” político, de acordo com a Lei 9.140/1995, constando no dossiê “Ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)” (COMISSÃO, 2009).

Alguns autores defendem a tese segundo a qual, após a instalação do regime militar no Brasil, “o golpe de 1964”, teria havido um segundo golpe, seguindo ao governo de Castello Branco, que apresentaria o caráter de autoritarismo e barbárie. Contudo, Carlos Fico (2014, p. 59) rejeita essa hipótese: “A tese de um golpe é banal, relaciona-se à persistência do mito da

história incruenta e corrobora a leitura segundo a qual nos primeiros anos de regime militar não teria havido torturas”. Assim, para o autor, “o golpe”, desde o início, seria marcado pela repressão e práticas de tortura.

Esse governo foi caracterizado pelas arbitrariedades que impôs, conduzidas pelo sistema repressivo, sob a responsabilidade no primeiro momento da OBAN<sup>5</sup>, que era constituída pelos órgãos de inteligência. Depois surgiu o Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna<sup>6</sup> (DOI-CODI), tornando-se assim, o primeiro órgão repressor político no Brasil. Não esquecendo ainda do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)<sup>7</sup>, que tinha caráter independente.

O Relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos narra que:

Seus agentes podiam utilizar os métodos mais sórdidos, mas contavam com o manto protetor representado pelo AI-5 e pela autoridade absoluta dos mandatários militares, incluindo-se aí a suspensão do direito de *habeas-corpus*, a formalização de decretos secretos e a edição de uma terceira Lei de Segurança Nacional (DL 898), introduzindo prisão perpétua e até mesmo a pena de morte para opositores envolvidos em ações armada que tivessem causado morte. (BRASIL, 2007, p. 22).

. O AI-5, decretado no governo do Marechal Arthur da Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968, assumiu o posicionamento repressor no momento mais intenso do regime, que ficou conhecido como “Anos de Chumbo” (FICO, 2014; BRASIL, 2007). Esse decreto possibilitou o fechamento do congresso Nacional, com cassações, censura da empresa, suspensão de direitos políticos e de *habeas-corpus*. Portanto,

O AI-5 aprofundava a autorização para as cassações políticas, estabelecendo que o presidente da República, sem as limitações previstas na Constituição, poderia suspender os direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos e cassar mandatos eletivos federais estaduais e municipais. (BRASIL, 2014a, p. 101)

Nesse momento do regime, o Brasil vivia uma turbulência política e opositores surgiam tanto nas universidades como associações. Diversos setores da população movimentavam as ruas, pedindo o restabelecimento da legalidade constitucional que estava sendo violada pelo Estado. Entram em gestação movimentos que marcariam uma verdadeira

---

<sup>5</sup> A chamada Operação Bandeirante (OBAN) foi composta de efetivos do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Política Estadual, do Departamento de Polícia Federal, da Polícia Civil, da Força Pública, da Guarda Civil e até de civis paramilitares (BRASIL, 2007).

<sup>6</sup> O Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna, lembrado ainda hoje pela temível sigla DOI-CODI, formalizou no âmbito do Exército um comando englobando as três Armas. (BRASIL, 2007).

<sup>7</sup> Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) e as delegacias regionais da Polícia Federal (BRASIL, 2007).

luta pela cidadania, questionando a arbitrariedade do aparelho do Estado e, além disso, promovendo a consciência através de intervenções culturais.

Sujeitos dos mais variados grupos sociais lançaram-se à essa luta pela retomada do estado democrático. Inclusive grupos que levaram essa luta às armas (GORENDER, 1987). Assim, “nasceram diferentes grupos guerrilheiros, compostos por estudantes em sua grande maioria, mas incluindo também antigos militantes comunistas, militares nacionalistas, sindicalistas, intelectuais e religiosos” (BRASIL, 2007, p. 24.).

Alguns militantes se tornaram importantes por terem grande representatividade nos movimentos sociais, estudantis e sindicatos. O próprio Thomazinho Meirelles atuou em alguns desses movimentos. Esses grupos sociais sofreram com o a repressão do Estado, inclusive nos espaços públicos; assim, esse reflexo de intolerância afetou tanto grupos como movimentos sociais. Exemplo disso são repressões contra militares, da parcela contra o regime, trabalhadores urbanos e rurais, camponeses, povos indígenas, e religiosos (TELES, 2001; BRASIL, 2014a, p. 98).

Os mais tenebrosos e cruéis exemplos de repressão, segundo a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, se manifestam nesse período.

[...] a violência repressiva não poupou as organizações clandestinas que não tinham aderido à luta armada, e nem mesmo religiosos que se opuseram ao regime sem filiação a qualquer organização. Os presídios ficaram superlotados e as listas denunciando mortes sob torturas pularam de algumas dezenas de opositores, em 1962, para várias centenas, em 1979, ano da Anistia. (BRASIL, 2007, p 27.)

Uma das manipulações do Estado e seus órgãos repressores, estratégia criada para não se responsabilizar por eventuais mortes e “desaparecimentos”, foi a informação difundida de que esses “terroristas” teriam participado de confrontos com a polícia ou de terem cometido suicídio (BRASIL, 2007).

Exemplo disso foi o 25 de outubro de 1975, quando o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado sob torturas no DOI-CODI de São Paulo. Esse episódio foi a gota d'água para que aflorasse um forte repúdio da opinião pública, na imprensa e na sociedade civil como um todo, contra a repetição de encenações aviltantes (suicídio) para tentar encobrir a verdadeira rotina dos porões do regime. Este episódio, e muitos outros, permiti-nos analisar o que acontecia dentro dos porões das casas de torturas, e como isso teria virado costume dentro dessas organizações repressoras.

O próprio Estado definia como pessoas “subversivas” ou “guerrilheiras” a quaisquer opositores ao regime, e, principalmente, quem apresentava uma identificação ideológica

comunista. Neste caso, Thomas Antônio da Silva Meirelles Neto é um dos sujeitos a quem foi atribuído esses dois adjetivos, já que vivia em clandestinidade, desde 1969 até o momento do seu “desaparecimento”.

Thomaz Antônio Meirelles Netto é um dos sujeitos, e vítimas, dessa história, entre muitos outros, “desaparecido” após ser vítima do porão da tortura, da verdadeira “casa da morte”, como era chamado o local onde aconteciam as torturas e interrogatórios. Dentre elas está a do DOI-CODI, onde Thomazinho provavelmente foi torturado e morto, e de Petrópolis no Rio de Janeiro, na qual é mencionado, pelo ex-delegado Cláudio Guerra em uma divulgação que fez na web, sobre o caso de Thomazinho. No relatório CNV, no volume I, no tomo II, é descrito o local, para onde os presos eram levados.

Em 10 de agosto do mesmo ano, representantes da CNV, entre os quais peritos técnicos de seu núcleo pericial, acompanhados do ex-delegado Claudio Antônio Guerra, estiveram na sede da antiga Usina Cambahyba, no município de Campos dos Goytacazes (RJ), norte fluminense. No local, Guerra afirma ter incinerado corpos de 12 presos políticos, recolhidos por ele na Casa da Morte, em Petrópolis, e também no DOI-CODI do Rio de Janeiro. (BRASIL, 2014b, p. 802.).

Essas histórias inauguram uma luta de direitos, de memórias e reparação pela brutalidade cometida e orquestrada pelo aparelho repressivo. Segundo Janaína Teles,

O termo *desaparecido* é usado para definir a condição de pessoas que, apesar de terem sido sequestradas, torturadas e assassinadas pelos órgãos de repressão, as autoridades governamentais não assumiram ou divulgaram suas prisões e mortes. Foram consideradas pelo Estado pessoas foragidas até a publicação da lei 9.140, em 5 de dezembro de 1995. (TELES, 2001, p. 159).

Face à negativa de respostas, as famílias recorreram a uma comissão formada por todos os familiares que tiveram seus parentes “desaparecidos”. Assim colaboraram na criação do “Dossiê ditadura: Mortos e desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)”, que foi organizado ao longo de 25 anos de busca (COMISSÃO, 2009).

Muitos desses casos de “desaparecimentos” nunca foram solucionados, embora tivessem sido encontrados restos mortais de alguns “desaparecidos”. Mas esse não é o caso de Thomazinho Meirelles. Seu corpo foi “cremado” e não se sabe onde foram depositados seus restos mortais e sua família até hoje luta por reparação. No começo do século XXI, Paiva escreveu:

O Brasil ultrapassou sem grandes turbulências o processo de transição. Anistiados foram indenizados, recuperaram seus cargos e alguns experimentaram e experimentam o poder [...]. Os familiares dos mortos pela ditadura que tiveram os

corpos devolvidos puderam requerer indenizações. No entanto, restam 144 famílias de desaparecidos presas a uma espécie de limbo da história. (PAIVA, 2001, p. 46).

A luta pelo esclarecimento das mortes e “desaparecimentos” políticos, ocorridos durante a ditadura se inicia nos anos 70, e se estende até os dias de hoje. Marco desse processo foi a execução da Lei da Anistia. Segundo Dallari (2001, p. 32), “a Lei da Anistia, lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, foi editada quando vigorava no Brasil, formalmente, a Constituição de 1967, com a nova redação que lhe deu a chamada Emenda Constitucional n. 1, de 1969”.

A Lei da Anistia influenciou nas lutas dos familiares. O resultado aparente de muitos casos não era satisfatório aos familiares, por haver dúvidas da seguridade e transparência da lei. Essa desconfiança não era apenas vista pelos familiares, mas compartilhada também pela CEMDP:

Promulgada no governo do general Figueiredo, a Lei da Anistia é considerada polêmica, ainda hoje, por muitos juristas, sobretudo quanto à interpretação de que ela absolve automaticamente todas as violações de Direitos Humanos que tenham sido perpetradas por agentes da repressão política, caracterizando-se assim o que seria uma verdadeira auto-anistia concedida pelo regime a si mesmo. (BRASIL, 2007, p.30)

Para Bicudo (2001, p. 87), “a anistia não foi um favor, mas uma exigência da sociedade brasileira. Nenhum de nós quer remexer o passado, mas apenas que se faça uma reflexão sobre uma pacificação que não houve”. Embora as criações de leis pudessem amenizar as dores dos familiares, entra em processo um reconhecimento, não apenas por reparação dos direitos violados, mas também pela busca da verdade e sobre o direito da memória. Mesmo com a redemocratização do Brasil ainda temos um grande obstáculo: reconhecer que a ditadura tenha assumido uma postura repressiva e de que não houve mortes relativas a essas organizações.

A Lei 9.140/95 afirmou o Estado como o único responsável pelas torturas e mortes dos “desaparecidos” políticos, entre os anos de 1964 a 1985. Com isso, possibilitou a abertura para o processo de transição democrática, assim corrigindo a quebra do Estado de direito, promovido pelo Estado Brasileiro. Para Torelly (2010),

A idéia de Justiça de Transição funciona, nestes cenários, como mediadora entre demandas insurgentes nos planos ético, político e jurídico, com vistas a fomentar capacidade operacional de geração de mudanças nos contextos sociais concretos, de modo a que a consolidação democrática se entrelace ao estabelecimento de uma forma de organização do Estado que, a um só tempo, seja democrática e de Direito. A justiça de transição reforça, como esse processo histórico da ditadura para a

democracia, ainda deixa uma espécie de vazio de memória. (TORELLY, 2010. p. 105)

O que irá marcar esse processo de transição? O que pode se verificar é apenas uma reparação do Estado, tendo como objetivo amenizar as lembranças da ditadura e os questionamentos feitos pelos familiares dessas pessoas. Esse processo indenizou os parentes dos “desaparecidos” sendo assim, uma forma de pagar pelos seus anos de sofrimentos.

Segundo Paranhos (2016):

Não há o reconhecimento de um estado que sistematizou e aperfeiçoou métodos para a prática da violência, mas somente de um estado que interferiu na vida privada, não na sociedade como um todo, sendo somente uma indenização civil, a reparação financeira a aqueles incomodados pela ditadura civil-militar. (PARANHOS, 2016, p. 456)

Em relação à Thomazinho Meirelles, o site *Taquiprati*, viabilizado por Bessa Freire, reproduziu uma entrevista com a mãe dele, dona Maria Meirelles, cedida para a jornalista Jocilene Chagas em 1995. Ela diz: “não quero indenização. O que quero é a verdade, nada mais, só quero saber onde está o meu filho”.<sup>8</sup>

Parte desse reconhecimento e justiça aos familiares veio com a criação da Comissão Especial de Reconhecimento dos Mortos de Desaparecidos Políticos (CEMDP), “com participação de representante da Comissão de Familiares” (BELISÁRIO, 2001, p. 93). Outro marco foi o estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade (CNV), nomeada sob o amparo da Lei. 12.528/2012,<sup>9</sup> surgida com o objetivo:

A criação da Comissão Nacional da Verdade assegurara o resgate da memória e da verdade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período anteriormente mencionado [1946-1988], contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento dos valores democráticos. (BRASIL, 2014a, p. 20).

A Comissão Nacional da Verdade apresentou relatório sobre essa conjuntura da república brasileira, valendo-se de resultado de trabalho referente ao dossiê “Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)” (COMISSÃO, 2009) e do livro-relatório da, “Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos” (BRASIL, 2007).

---

<sup>8</sup> Cf. figura 1, nos anexos.

<sup>9</sup> Sancionada pela presidente Dilma Rousseff em maio de 2012, o objetivo desta lei era investigar as graves violações dos direitos humanos praticados no Brasil, entre 1964 a 1985, uma espécie de “reconciliação nacional”.

Embora, os familiares de Thomazinho Meirelles nunca tivessem perdido a esperança de encontrá-lo, eles tornaram-se guardiões da memória, de um homem que lutou e morreu em prol de uma sociedade livre e democrática. Memória essa, que até os dias atuais ainda espera por justiça.

### **MILITANTE? POLÍTICO? Quem foi Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto?**

O nome de Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto consta no relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), dentre os 434 nomes de mortos e desaparecidos divulgados em 2014, e no dossiê 088/96, registrado nos autos do CEMDP, no procedimento administrativo número 00005. 215993/20145-67. Precisamos então apresentar o sujeito histórico que investigamos e conhecer sua trajetória.

Thomazinho Meirelles nasceu em Parintins em 01 de julho de 1937, vindo de uma família tradicional e umas das fundadoras do município de Parintins, localizado à margem direita do rio Amazonas, a 369 quilômetros de Manaus, capital do Estado. Filho de Maria Garcia Meirelles e Togo Meirelles, Thomaz foi o único filho homem dentro de quatro irmãs, Lea, Leny, Leda e Lygia.

Sua carreira estudantil começa quando se muda para a capital Manaus no ano de 1950, onde estudou no Colégio Estadual do Amazonas (CEA). Nesse espaço brotaria um espírito de liderança, sendo representante dos discentes do colégio, e tornando-se um idealista ferrenho. Formou-se em Jornalismo, e atuou como redator do jornal “A Crítica” e no jornal “Gazeta”. Engajou-se em lutas dos movimentos estudantis, tendo notoriedade e reconhecimento dentro da classe. Já amadurecido em sua caminhada política, Thomazinho viaja para o Rio de Janeiro em 1958, onde irá vivenciar sua carreira como militante, defensor das classes que sofriam contra uma política de Estado que não reconhecia os direitos constitucionais.

A partir daí, ganha um espaço importante, atuando como secretário geral da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)<sup>10</sup>. Segundo Larice Butel, “conforme atesta um documento oficial do arquivo do Legislativo Parintinense, de julho de 1961, no qual Thomazinho exerce a função de Secretário Geral, o documento é assinado pelo próprio Thomaz”<sup>11</sup>. Butel ainda pontua que esse registro pode ser o único documento que reconhece a sua participação na vida política.

<sup>10</sup> Cf. figura 2, nos anexos.

<sup>11</sup> BUTEL, Larice. Os Amores na mente: A história no Chão. **Portal do Movimento Popular**, Parintins-AM, 11/04/2015. Disponível em: <https://www.portalmovimentopopular.com.br/artigo/artigo-os-amores-na-mente-a-historia-no-chao-por-larice-butel>. Acesso em: 15 ago. 2019.

Além da UBES, Thomaz participou ativamente do Centro Popular de Cultura (CPC)<sup>12</sup> e da União Nacional dos Estudantes (UNE). Nesse período, 1961, é que Thomaz mais participa de ações políticas voltadas para a legitimação constitucional. Segundo a CNV, que faz referência a ele no que diz respeito ao cenário que se passava no Brasil, numa tentativa de um golpe: “Em 1961, envolveu-se na campanha em defesa da legalidade constitucional, em favor da posse do vice-presidente João Goulart, diante da renúncia do presidente Jânio Quadros” (BRASIL, 2014d).

Em 1962, o militante vai a Cuba como representante da UNE, em comemoração ao 1º de Maio, e ainda participou de encontro no Chile. Suas ações políticas o levaram a ingressar no Partido Comunista Brasileiro (PCB), e depois na Ação Libertadora Nacional (ALN), criada por Carlos Marighella (BRASIL, 2014d).

Segundo Gorender (1987), a ALN surgiu em 1968, em substituição ao Agrupamento Comunista de São Paulo que era liderado pelo próprio Marighella e por Joaquim Câmara Ferreira, ambos companheiros no PCB. Essa organização tinha em seu bojo uma formação de teoria cubana, mas procurou fazer uma adaptação à experiência histórica brasileira, como cita Gorender (1987, p. 107), “das lutas contra os holandeses ao cangaço de Lampião, apresentou a tarefa das colunas guerrilheiras móveis, que se deslocariam contando com pontos de apoio de antemão assentados”. A militância de base da Ação Libertadora Nacional foi incorporada por estudantes de São Paulo, cerca de 70% dos ativistas e uma porção reduzida de operários. Conforme Gorender (1987), a atuação da ALN se manifesta em decorrência do regime militar, e torna um grupo revolucionário aderindo uma guerrilha urbana.

Em 1962, Meirelles vai para a União Soviética, por ter ganhado uma bolsa de estudo, garantido por sua intensa luta e pelas experiências adquiridas pelos movimentos dos estudantes. Isso possibilitou que realizasse seus estudos em universidades russas, como Patrice Lumumba<sup>13</sup> e depois Lomonosov<sup>14</sup>. Entre os anos de 1962 a 1969, cursou Sociologia e o Mestrado em Filosofia da Arte. A trajetória de Thomazinho Meirelles mostra-se assim de importância nessa conjuntura, ao estudar, com bolsa, na nação símbolo do comunismo, o que justificaria, aos olhos do governo ditatorial brasileiro, sua imagem de “subversivo”.

Em Moscou, Thomaz Meirelles conhece sua esposa Miriam Marreiro Meirelles<sup>15</sup>. O

<sup>12</sup> O CPC foi criado em 1961, no Rio de Janeiro, ligado à União Nacional dos Estudantes, e reunia artistas de distintas procedências: teatro, música, cinema, literatura, artes plásticas etc.

<sup>13</sup> Universidade Amizade dos Povos PATRICE LUMUMBA (homenagem ao líder do movimento nacionalista do Congo, nos anos 50).

<sup>14</sup> Universidade Estatal MIKHAIL VASSILIEVITCH LOMONOSOV (homenagem ao poeta, ensaísta, físico e químico russo, que viveu no séc. XVIII).

<sup>15</sup> Cf. figura 3, nos anexos.

site *Taquiprati* faz referência ao encontro de Miriam e seu futuro esposo: “Lá, encontrou uma menina de Manaus, do bairro de Aparecida, Miriam Marreiro, que estudava Direito na Universidade Patrice Lumumba”.<sup>16</sup> O casal teve dois filhos: Larissa, nascida na Rússia, em 1963, e Togo, em 1967 no Brasil, sendo que Thomazinho não conheceu o filho mais novo, pois Miriam voltou primeiro ao Brasil, e quando Thomaz retornou, foi obrigado a viver na clandestinidade e não pode sair do Rio de Janeiro.

Seu retorno ao Brasil aconteceu em 13 de novembro de 1969, e se instala no Rio de Janeiro, em uma conjuntura política mais aflorada e repressiva, onde se consolidava o Ato Institucional nº 5. Entraram em vigor métodos que silenciariam as organizações populares e a esquerda brasileira. Vivendo na clandestinidade, Thomazinho foi preso pela primeira vez em 18 de dezembro de 1970, nas intermediações da Rua Alfândega, na cidade do Rio de Janeiro, por agentes do Destacamento de Operações e Informações – Centro de Defesa Interna, DOI-CODI, do I Exército (BRASIL, 2014d).

Thomaz ficou detido no presídio de Ilha Grande, no Rio de Janeiro, onde cumpriu pena por suas atividades na ALN e por ter estado na União Soviética. No Relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014d), consta que ele foi liberto em 17 de novembro de 1972, liberado pela 2ª Auditoria da Aeronáutica.

## DOS PORÕES À CASA DA MORTE

Thomazinho, durante o tempo que se reestabeleceu no Brasil, não pôde ter uma vida normal, devido às ameaças dos órgãos repressores. Por isso, lhe foi negado o direito de estabelecer-se em um endereço fixo, e mudava-se de lugar constantemente. Vivia na clandestinidade, transformado em inimigo do Estado.

Após ser solto, segundo relata sua esposa, a jornalista Míriam Marreiro Meirelles, no Relatório da CNV:

Livre em 1973, dois meses foi o tempo que teve para tentar reestruturar-se. Mais uma vez, era obrigado, pela caça empreendida pelo aparelho repressivo, a entrar na clandestinidade. Ele pressentia a redução de sua pena como uma armadilha. (BRASIL, 2014d).

Antes de sua prisão definitiva, Thomazinho foi perseguido e monitorado constantemente pelos órgãos de inteligência, onde consta diligência e documentos. Algumas

---

<sup>16</sup> BESSA FREIRE, José Ribamar. A paçoquinha da dona Maria. **Taquiprati**. Disponível em <http://www.taquiprati.com.br/cronica/840>. Acesso em 08/04/2019.

peças foram presas e torturadas pelo o fato de ter vínculo com Thomaz, e dentre as pessoas que foram mantidas para averiguação no DOI-COD I Exército, está a sua esposa Míriam Marreiro e alguns conhecidos da ALN.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade, tomando como base o fundamento no Direito Internacional dos Direitos Humanos, define a prática de tortura com o único objetivo de:

a busca de informações, a intenção de obter uma confissão ou outras declarações, a imposição de um castigo, a intimidação da vítima ou da sociedade. E tendo em vista um ou mais desses objetivos que o agente submete sua vítima a tortura. (BRASIL, 2014a, p. 329).

Ao site *Taquiprati*, dona Maria, mãe de Thomaz Meirelles, conta como foi a última vez que o viu com vida. Essa entrevista foi cedida à jornalista Jocilene Chagas, em 1995. Em 1973, dona Maria Meirelles, conseguiu ir ao Rio de Janeiro, ao encontro de seu filho. O encontro aconteceu em Copacabana em fevereiro do mesmo ano. Em sua fala dona Maria, descreve toda a sua dor ao vê-lo machucado:

-meu filho estava bastante machucado. Tinha muitas marcas no corpo. A gente cria um filho com tanto carinho para que sofra tanto. Ele deitou, colocou a cabeça no meu colo. Conversamos sobre as coisas de Parintins. Ele gostava de paçoca. Até uma paçoquinha levei para ele, feita por mim, no pilão.<sup>17</sup>

No fatídico dia 07 de maio de 1974, Thomaz foi preso pelo DOI-CODI I Exército quando transitava pelo bairro do Leblon, no Rio de Janeiro. Após esse momento não foi mais visto. Segundo dados da Marinha, a prisão teria acontecido entre Rio de Janeiro e São Paulo das 10h45 às 11h15.

Segundo “frases telegráficas, o relatório da Marinha remetido ao ministro da Justiça em 1993 consignou apenas: “DEZ/72, preso anteriormente e liberado na primeira semana de dez/72, preso novamente no dia 07/mai/1974, entre o Rio de Janeiro para São Paulo” (BRASIL, 2014d). E dados sobre a prisão também constam em documento localizado nos arquivos do DOPS/SP, conforme informações do caso de Thomaz na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (BRASIL, 2014d).

Em 1979, o jornal “Folha de São Paulo” publicou uma entrevista com o Coronel Adyr Fiuza Castro, que exercia a função de subchefia do Estado-Maior do I Exército, sendo

---

<sup>17</sup> BESSA FREIRE, José Ribamar. A paçoquinha da dona Maria. *Taquiprati*. Disponível em <http://www.taquiprati.com.br/cronica/840>. Acesso em 08/04/2019.

subordinado também a 2ª seção (Informação) como o DOI/CODI. Reconhece a morte de Thomaz Meirelles, junto a outras onze pessoas. Neste mesmo, o jornal “Correio da Manhã” traz uma informação de que o militante havia sido executado pelo órgão de segurança e informação do regime militar (BRASIL, 2014d). O “desaparecimento” do militante amazonense deixou uma lacuna, que persistiu por décadas. A informação só veio através do ex-delegado Cláudio Antônio Guerra, que trabalhava no DOPS, e admitiu que teria recebido o corpo de Thomaz, para ser incinerado na Usina Cambahyba, localizado em Campos dos Goytacazes (RJ).<sup>18</sup>

Em 23 de julho de 2014, a Comissão Nacional da Verdade realizou uma audiência pública em Brasília (DF) para ouvir as declarações de Cláudio Antônio Guerra, focando nos casos de desaparecimentos políticos, onde declarou ter conduzido corpos para a incineração. Perguntado sobre Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto, Guerra sinalizou, ter conduzido o corpo, mais apresentou dificuldade no reconhecimento facial diante das fotografias (Brasil, 2014d).

Antes do corpo de Thomaz ser conduzido para a incineração, sofreu várias formas de tortura, fomentada pelos órgãos opressores em atos de profunda desumanidade. Esses métodos eram diversos, com torturas físicas e psicológicas. Esses locais de tortura, eram chamados de Casa da Morte. Possivelmente Thomazinho tenha vindo da casa da morte que ficava em Petrópolis (RJ), já que outra se localizava em Barão de Mesquita (RJ).

Segundo demonstra os relatórios da CNV, durante o período da ditadura civil-militar, houve grande número de vítimas de desaparecimento forçado, e esse seria o caso de Thomaz. Dados do relatório, certificam que: “243 pessoas foram vítimas de desaparecimento forçado, ou seja, mais da metade das 434 vítimas fatais da ditadura” (BRASIL, 2014a, p. 500).

O que podemos concluir é que Thomaz Meirelles passou por um processo de práticas de tortura, além de ocultação de cadáver. Ou seja, o militante sofreu graves violações dos direitos humanos: a) prisão ilegal; b) tortura; c) execução; e d) desaparecimento. Após, todos os procedimentos que culminaram com a morte do parintinense, seu corpo foi recolhido para o centro de incineração. Essa prática de incineração foi a estratégia do regime para ocultar seus crimes, além de dificultar qualquer informação sobre os corpos.

A CNV define como Desaparecimento Forçado:

---

<sup>18</sup> Parintinense Tomaz Meirelles foi morto e cremado na ditadura militar. **Blog da Floresta**, Manaus-AM, 02 de abril de 2014. Disponível em: <https://blogdafloresta.com.br/parintinense-tomaz-meirelles-foi-morto-e-cremado-na-ditadura/militar>. Acesso em: 25 set. de 2019.

Em sintonia com esses diplomas legais, a CNV considerou *desaparecimento forçado* toda privação de liberdade perpetrada por agentes do Estado – ou por pessoas ou grupos de pessoas que agem com autorização, apoio ou consentimento do Estado -, seguida pela recusa em admitir a privação liberdade ou informar sobre o destino ou paradeiro da pessoa, impedindo o exercício das garantias processuais pertinentes. (BRASIL, 2014a, p. 291).

Quando do depoimento do ex-delegado Guerra, o qual foi transmitido por uma emissora de TV em 1º de abril de 2014, uma rádio local (Rádio Alvorada) recebeu a família do militante, em que questionou a declaração feita pelo ex-delegado e que pediria à Comissão Nacional da Verdade as gravações de Claudio Antônio Guerra. A família não aceita a possível incineração, devido o Estado não reconhecer que o praticou e que apenas eram relatórios. Em questão disso, nenhum atestado de óbito foi expedido para os familiares.

Conforme o blog da *Floresta*, o sobrinho de Thomaz, Carlos Eduardo Meirelles fala do sentimento que teve quando recebeu a notícia e da forma que foi tratado o corpo do tio.

Infelizmente recebemos ontem a noite essa notícia e pra mim como sobrinho mantinha certa esperança e ainda não tinha caído a ficha, tinha o sentimento de perda, afinal é de um ente querido, mas não tínhamos a certeza da forma que foi. Isso nos deixou muito tristes. Sabíamos que algo houve, comentou Carlos Meirelles a Rádio Alvorada.<sup>19</sup>

A Comissão Nacional da Verdade, além de concluir que o militante sofreu graves violações dos direitos humanos, afirma a responsabilidade do Estado brasileiro na morte e “desaparecimento” de Thomaz, no contexto de ditadura civil-militar no Brasil.

O livro-relatório da CEMDP (BRASIL, 2007) reconhece que os direitos à Memória e à Verdade devem ser compreendidos em toda sua dimensão, no sentido de mostrar que a ditadura civil-militar perpetrou uma barbárie através do órgão de repressão, apoiado pelo Estado brasileiro, resultando em mortes e “desaparecimentos” de pessoas. “Só conhecendo profundamente os porões e as atrocidades daquele lamentável período de nossa vida republicana, o País saberá construir instrumentos eficazes para garantir que semelhantes violações dos Direitos Humanos não se repitam nunca mais” (BRASIL, 2007, p. 18.), afirma o documento oficial, reconhecendo esse direito à memória.

## ANÁLISE DA MEMÓRIA SOBRE THOMAZINHO MEIRELLES

---

<sup>19</sup> Parintinense Tomaz Meirelles foi morto e cremado na ditadura militar. **Blog da Floresta**, Manaus-AM, 02 de abril de 2014. Disponível em: <https://blogdafloresta.com.br/parintinense-tomaz-meirelles-foi-morto-e-cremado-na-ditadura/militar>. Acesso em: 25 set. de 2019.

Nossa análise procurou tecer-se com base nas narrativas dos colaboradores em como a memória sobre o desaparecido político Thomazinho Meirelles é construída e apresentada para a sociedade de sua cidade natal. Esse grupo de pessoas nos permite inter cruzar lembranças desses sujeitos sociais com suas experiências diferentes. A memória, segundo Pierre Nora (1993, p. 9), “emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada”.

Esse trabalho segue a hipótese de Thomaz Meirelles, apesar de sua curta vida de militância, ter um papel importante na história do Brasil, embora sua história e memória não sejam reconhecidas no amplo contexto nacional. Se nós voltarmos para o nível local, a cidade de Parintins, percebemos que a história da família Meirelles é mais conhecida do que a de Thomaz Meirelles. Essa família está entre algumas famílias que ajudaram a construir a cidade de Parintins, tanto historicamente, como politicamente e economicamente.

Seriam esses os motivos que fizeram com que Thomaz, tivesse se inspirado em sua paixão por movimento revolucionário? Segundo Edda (2008.p.17) “seus antepassados participaram ativamente de movimentos históricos, político e revolucionários ficando raízes desde tempos em que a cidade era Vila Nova da Rainha”.

Ao questionarmos sobre a memória de Thomazinho Meirelles na cidade de Parintins aos entrevistados (professores da rede pública de ensino), averiguamos que ela é associada à escola “Tomazinho Meireles”, que se localiza no bairro de Palmares, na Rua Fausto Bulcão. Raras são as vezes que são citada o nome da rua em que leva o seu nome. Podemos dizer que são essas memórias que a população traz consigo acerca da sua imagem; quando se fala em “Tomazinho” dificilmente sabem o porquê desse nome está em prédio e na via pública. São estes lugares de memória que Nora define (1993, p. 12), que “antes de qualquer coisa, são resto, a forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama porque ela a ignora”.

Para o grupo de professores da rede pública, a memória sobre Meirelles tem um tom mais acentuado, primeiro: porque uma foi inserida nos movimentos estudantis<sup>20</sup>, outro por ter laços sanguíneos com o sujeito<sup>21</sup>, outra por trabalhar no educandário que tem seu nome<sup>22</sup>, e a

---

<sup>20</sup> Irian Butel, membro da UNE-Parintins, professora de História, SEDUC-Parintins. Entrevista realizada em 08 de outubro de 2019.

<sup>21</sup> Carlos Eduardo Meirelles, sobrinho de Thomazinho Meirelles, professor de Educação Física, SEDUC-Parintins. Entrevista realizada em 30 de outubro de 2019.

<sup>22</sup> Patrícia Regina Silva, professora da Escola Tomazinho Meireles e professora de História, SEDUC-Parintins. Entrevista realizada em 08 de novembro de 2019.

outra colaboradora por utilizar-se de Thomazinho em suas aulas sobre o regime militar<sup>23</sup>.

#### 4.1. O letreiro

A memória guardada de Thomazinho Meirelles cabe num letreiro? O que se esconde por de trás de grandes letras, no alto de uma escola? Por que faz referência a ele? As pessoas sabem o que significa aquelas palavras, ou melhor, o que significa o nome desse sujeito e a história que se esconde? Esse subtópico busca descobrir o que tem por detrás deste letreiro, o porquê de a Escola ter recebido esse nome.

Meirelles, durante sua vida de militância, esteve muito próximo a pessoas com influência política. Provavelmente, seja esse um dos motivos que colaboraram para que seu nome esteja em uma Escola. Amazonino Armando Mendes, um dos mais importantes políticos do Amazonas, tem um grande peso na memória de Meirelles, por ter sido amigo de infância, de juventude e companheiro nas lutas estudantis,<sup>24</sup> segundo lembra Carlos Meirelles.

Ao pesquisar o golpe militar no Amazonas, Figueiredo (2014) escreveu um capítulo intitulado “O Martírio de Thomazinho”, contanto sua trajetória como militante. O autor foi seu companheiro de militância em Manaus junto com Amazonino Mendes. “Portanto, abro um parêntese para me referir a uma pessoa extraordinária, notável, o nosso Thomazinho, como tratávamos, seus amigos mais próximos e companheiro” (FIGUEIREDO, 2014, p. 19).

Por que homenagear Thomazinho, em um lugar onde viveu pouco tempo de sua vida? Na fala de Carlos Meirelles, em que se refere à escola<sup>25</sup> e à rua<sup>26</sup>, seria um tributo às suas qualidades: “acredito que era pela pessoa que ele era, que as pessoas conheceram a questão do estudo, questão da inteligência, do conhecimento que adquiriu lendo muito né!”.<sup>27</sup>

Em outra situação, o nome surge atrelado à questão da família, devido sua tradição na cidade. Como na fala da professora Irian Butel, “ele só está com o nome na escola, essa figura tão emblemática pra gente do movimento estudantil de esquerda, porque ele é filho de uma família de posses de Parintins, se não, ele taria diluído como tantos outros no meio da história”.<sup>28</sup>

Para pessoas que viveram há muito tempo, a lembrança de Thomaz vem carregada de forte tom comunista. Isso é justificado por um conjunto de pessoas que viveram essa

<sup>23</sup>Cristiane Butel, professora de História, SEDUC-Parintins. Entrevista realizada em 01 de novembro de 2019.

<sup>24</sup> Cf. figura 4, nos anexos.

<sup>25</sup> Cf. figura 5, nos anexos.

<sup>26</sup> Cf. figura 6, nos anexos.

<sup>27</sup> Carlos Eduardo Meirelles. Entrevista realizada em 30 de outubro de 2019.

<sup>28</sup> Irian Butel. Entrevista realizada em 08 de outubro de 2019.

conjuntura política, onde foi rotulado como um sujeito “subversivo”, como se recorda a professora Cristiane Butel, a respeito do ponto de vista de seu pai, quando diz que: “meu pai se tivesse vivo, se ele soubesse ele ia dizer: um marginal, um vagabundo porque ele estava atrelado aquele sistema”<sup>29</sup>. O sistema citado seria o comunismo, que tinha como representante a União Soviética, onde Thomazinho estudou.

Mas, para a família Meirelles, o grande motivo de Thomaz ter sido homenageado veio da intervenção de Amazonino Mendes, que na época era governador do Amazonas, e que tinha um grande respeito por Thomaz, em decorrência de os dois terem participado de movimentos estudantes na capital do Estado, durante os anos 50 e 60. Isso é confirmado na fala de Carlos Meirelles, onde diz: “anos depois Amazonino passa a ser governador e lança o nome dele em homenagem, ao que ele sofreu, então a memória tá no que ele sofreu certo! Ao que ele passou, ao que ele fez”<sup>30</sup>

Isso demonstra como uma sociedade precisa ter uma referência, para que a memória possa viver e ser alimentada. Segundo Nora (1993, p.13), “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres”.

Para algumas pessoas, a memória está relacionada nesse discurso político, outras, por estar relacionada a quem ele era, ao incentivar as pessoas estudarem e pela representatividade da família em Parintins. São discursos que se inter cruzam acerca de sua memória, às vezes falada timidamente, outras fazendo exaltação.

#### **4.2. O silêncio em torno da imagem**

Lugares salva de uma memória na qual não mais habitamos, semi-oficiais e institucionais, semi-afetivo e sentimentais, lugares de unanimidade sem unanimismo que não exprimem mais nem convicção militante nem participação apaixonada, mas onde palpita ainda algo de uma vida simbólica. (NORA, 1993, p. 14)

Segundo Nora (1993, p. 15), “à medida que se desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigado a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi”. É uma memória que é construída por nós, enquanto sociedade, para evitar que haja um esquecimento a partir disso. Portanto, essas representações desse passado continuarão presente.

Como pensar o presente se não entendemos o passado, como reviver algo se não

<sup>29</sup> Cristiane Butel . Entrevista realizada em 01 de novembro de 2019.

<sup>30</sup> Carlos Eduardo Meirelles. Entrevista realizada em 30 de outubro de 2019.

temos registro? A história de Thomaz é apenas vista como um símbolo de resistência para quem conhece sua história de luta, onde as vagas lembranças passam ser apenas uma história. Onde um prédio se torna um lugar simbólico, que guarda apenas memória.

Os momentos de comemoração servem a um determinado grupo social, no qual se faz importância reverenciá-lo, mas, não é seguido pela sociedade como um todo. Fica como um momento de festejo e de reverenciar a data, onde é incluído no calendário do grupo escolar<sup>31</sup>. Ou seja, para Nora (1993, p. 13) sua importância reside, pois “sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria”.

A escola, valoriza a sua memória né, valoriza a sua trajetória, e o que fazemos com nossos alunos. O aniversário da escola estão sempre fazendo um momento de homenageá-lo e fazer com que os novos alunos conheçam um pouco mais ou pelo menos tenham contato com essa memória que é tão significativa para nós.<sup>32</sup>

A grande problemática é o não acesso a essas informações sobre Thomaz Meirelles, que não é só exclusivo a ele, pois é possível também existir outras pessoas que tenha tido uma importância em nossa história regional ou local que não é lembrado. Faz-nos pensar como há uma deficiência em se mencionar Thomazinho na nossa história. No ramo educacional onde se localiza um maior contato com essa parcela da população a professora Cristiane Butel diz o que “o que está faltando para ser mais lembrado é à base da educação a escola tudo mais”.<sup>33</sup>

A trajetória de Thomazinho nos possibilitaria falar da história local, levando os alunos a conhecer os sujeitos que fazem parte da história da cidade, então por ser uma ilha, não somos desconectados do mundo. Segundo a narrativa da professora Cristiane Butel “no livro didático de história do Amazonas dos terceiros anos a gente trabalha a história do Amazonas, o Brasil história geral e tem assim, um parágrafo, um parágrafo falando de Thomazinho Meirelles [...] na verdade, é uma frase, não posso considerar que seja um parágrafo”.<sup>34</sup>

Assim, uma das falhas que podemos considerar é no sistema educacional, ao não problematizar os sujeitos nos livros didáticos. Talvez priorizem outras memórias de nível nacional e poucas são as vezes que produzem algo em nível regional ou local, como fala a professora Patrícia:

o que nós temos e a valorização de outra memória, que também foram significativas, que tiveram suas resistências e enfrentaram grandes obstáculos, para poder se consolidar, aqui na cidade fica mais no campo de uma hegemonia seja ela religiosa

<sup>31</sup> O Grupo Escolar Tomazinho Meireles localiza-se na Rua Fausto Bulcão, no Bairro de Palmares.

<sup>32</sup> Patrícia Regina Silva. Entrevista realizada em 08 de novembro de 2019.

<sup>33</sup> Cristiane Butel. Entrevista realizada em 01 de novembro de 2019.

<sup>34</sup> Cristiane Butel. Entrevista realizada em 01 de novembro de 2019.

ou até mesmo política.<sup>35</sup>

Outra questão seria o papel do professor em sala de aula, da dificuldade em se trabalhar temas relevantes para o ensino histórico; problemas que se reflete principalmente no material pedagógico. O argumento levantado pelos professores é que cada escola tem sua realidade, como menciona a professora Cristiane Butel “a gente tem prazo, a gente tem metas a ser cumprida, nossa educação é mecanizada, a gente tá nesse sistema, mas não nos impede de fazer um trabalho voltado pra questão da memória, eu penso que a escola faz”.<sup>36</sup>

Para alguns professores, esse desapego gira em torno das informações sobre ele. O que dizer das antigas gerações para essa nova geração, já que de fato algumas informações são escassas, embora se reconheça que sua memória exista. Portanto: será que essas gerações passadas sabem quem foi Thomaz Meirelles? Segundo a professora Irian Butel “eu só vim saber quem é Thomazinho de fato pela universidade de maneira vaga e depois fui vendo nos livros didáticos pouca coisa”.<sup>37</sup>

Para alguns educadores, sua memória permanece viva; para outros professores, é preocupante essa relação de silêncio que está se formando em torno dessa imagem. Por que essa preocupação? Pelo fato de que o nome da escola seja sempre colocado como em segunda ordem e não ser valorizado. Essa é uma inquietação da professora Irian Butel: “uma coisa me preocupa, nós temos o prédio, com um letreiro gigante GM3<sup>38</sup> e se você for olhar... agora a gente vai viver o momento dos jogos, você não vai vê “Tomazinho Meireles”, você vai vê GM3”.<sup>39</sup>

Vivemos em constantes mudanças, o que modificou profundamente nossa percepção do tempo; a nossa memória passou a se distanciar dos nossos antigos costumes, sobressaindo uma memória ditatorial como argumenta Nora (1993). Nossa memória foi obrigada a ser esquecida, e ser apenas submetida em história.

Entra uma memória integrada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e toda-poderosa, espontaneamente atualizadora uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e do mito – e a nossa, que só é história, vestígio e trilha. (NORA, 1993, p. 08)

Esse processo de construção de memória também se revela na trajetória do militante

<sup>35</sup> Patrícia Regina Silva. Entrevista realizada em 08 de novembro de 2019.

<sup>36</sup> Cristiane Butel. Entrevista realizada em 01 de novembro de 2019.

<sup>37</sup> Irian Butel Silva. Entrevista realizada em 08 de outubro de 2019.

<sup>38</sup> Cf. figura 7, nos anexos.

<sup>39</sup> Irian Butel. Entrevista realizada em 08 de outubro de 2019.

Thomazinho Meirelles? Sua memória é marcada pelo silenciamento ou tem sido privilegiada?

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em nossa investigação, verificamos que a memória, a oficial e a popular, sobre Thomazinho Meirelles é contada no sentido de ser um militante de esquerda que sofreu perseguição política no regime militar, sendo torturado, morto e considerado “desaparecido” segundo a Comissão Nacional da Verdade.

Mas, não se conta quem foi esse homem que viveu essa conjuntura marcada por fortes eventos da história brasileira. Parece-nos que sua própria cidade natal não sabe de sua vida pública. Ainda que em Parintins, o lugar onde nasceu, existam lugares que remetem ao nome “Tomazinho Meirelles”, e notório que grande parte da população desconhece esse sujeito histórico.

Qual destaque se dá na cidade onde nasceu um dos militantes pela legalidade constitucional? Além disso, foi o único amazonense na lista de “desaparecidos” políticos no período da ditadura civil-militar, na qual foi perseguido e apresentado como um membro de uma organização subversiva e inimiga do Estado.

Como a história oficial nos oferta uma ideia de Nação, esquecendo as peculiaridades do país, enaltecendo “homens” que representam um só povo, apagando nossa história vinda de baixo. Thomaz Meirelles faz parte desse grupo? Em Parintins esse sujeito tem pouco significado, e não se encontra nem mesmo uma página dedicada a ele em livros didáticos, narrando sua trajetória.

A memória “oficial” contada é vista no âmbito da escola, onde se precariza a educação, vulgariza o livro de História. Além disso, local esse que tem deficiência de contar a memória de um homem que participou de lutas sociais. Como uma educação poderá ser transformadora no Brasil, se grande parte das pessoas não conhecem suas realidades? Parintins, como todas as cidades, tem sua história, tem seus personagens, tem sua cultura e, também, problemas sociais como qualquer outra. E essas questões não podem ser silenciadas.

Essa deficiência custou caro para todos nós, porque a sua memória hoje é constituída por pequenas notas de rodapé. Difícil não se perguntar do dever que um Estado tem para população, enquanto educadora. Não tão distante, o Estado que deveria amparar que nossos direitos fossem respeitados, desrespeita a nação mexendo em instituições que sempre lutou por direitos de justiça, exemplos esses da Comissão Nacional da Verdade e Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

Para encerrar nossa discussão, nos retemos à conjuntura nacional. Em 1995, o governo instituiu a Comissão Especial sobre Mortos e Políticos Desaparecidos, em uma atitude, ainda que pequena, mas de reconhecimento do papel do Estado diante dos mortos pela ditadura e seus familiares (BRASIL, 1995), inclusive Thomazinho Meirelles. Entretanto, o governo eleito em 2018 assume um papel de negação e enfrentamento das memórias dos mortos. Assim, o presidente Bolsonaro, em 2019, após rejeitar a declaração da Comissão de que o pai do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil foi morto pelo Estado, em mais uma atitude de negacionismo e revisionismo, alterou os membros da Comissão, instalando pessoas ligadas a ele e seus ministros.<sup>40 41</sup>

Além da luta pelo reconhecimento do papel do governo no “desaparecimento” de Thomazinho Meirelles, sua família sofre mais um ataque. Até quando o Estado será tomado por pessoas que insistem em negar e/ou revisar nosso passado recente? E qual papel a educação, professores, sociedade em geral, e até mesmo Parintins, assumirão nessa luta? Pensar a trajetória de Thomazinho Meirelles e seu protagonismo na história do seu país, devem nos inspirar também à luta.

## REFERÊNCIAS

BICUDO, Hélio. Lei da Anistia e Crimes Conexos. *In*: TELES, Janaina (Org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** 2. ed. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP, 2001, p. 87.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. **Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9140compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140compilada.htm). Acesso em 10/10/2018.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade.** v. 1, TOMO I. Brasília: CNV, 2014a.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade.** v. 1, TOMO II. Brasília: CNV, 2014b.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade.** v.

<sup>40</sup> COMISSÃO SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS: VEJA QUEM ENTRA E QUEM SAI. **G1.** Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/01/comissao-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos-veja-quem-entra-e-quem-sai.ghtml>. Acesso em 17/12/2019.

<sup>41</sup> SANTOS, Jonas. Thomazinho Meirelles desapareceu dois meses após prisão de Santa Cruz na ditadura. **Portal da Amazônia,** Manaus-AM, 03 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.deamazonia.com.br/?q=278-conteudo-105673-thomazinho-meirelles-desapareceu-dois-meses-apos-prisao-de-santa-cruz-na-ditadura>. Acesso em: 28 set. de 2019.

II. Brasília: CNV, 2014c.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. v. III, TOMO IV. Brasília: CNV, 2014d.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, 400 p.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. Dossiê Ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). 2. ed. São Paulo: Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado –IEVE; Imprensa Oficial do Estado, 2009.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Crimes sem Anistia. *In*: TELES, Janaina (Org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** 2. ed. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP, 2001, p. 32.

FICO, Carlos. Brasil: a transição inconclusa. *In*: ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica (orgs). **Violência na História: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. P. 25-37.

FICO, Carlos. **O Golpe de 64: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, 148 p. 9.

FIGUEIREDO, Paulo Roberto de Moraes Rego. **O Golpe Militar no Amazonas: Crônicas e Relatos**, 2ª edição-revista e ampliada. Manaus, 2014.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2º ed., São Paulo, África, 1987.p. 103-109.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo (10), dez. 1993.

PAIVA, Marcelo Rubens. Nós Não Esquecemos. *In*: TELES, Janaina (Org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** 2. ed. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP, 2001, p. 46.

PARANHOS, Calebe Louback. Ditadura militar, violência estatal e ideologia: A necessidade do direito à memória e a verdade. *In*: DUARTE, Clarice Seixas (Orgs.). **Reflexões acadêmicas para superar a miséria e a fome**. Bauru, São Paulo: Canal 6, 2016, p. 456.

SANTOS, Belisário dos. Do Significado da Reparação às Vítimas do Regime Militar. *In*: TELES, Janaina (Org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** 2. ed. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP, 2001, p. 93.

SILVA, Edda Meirelles Da. **Ecos da Saudade**. Manaus: edição do autor, 2008.

TELES, Janaína (Org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** 2. ed. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP, 2001.

TORELLY, Marcelo D . Justiça transicional memória social e senso comum democrático: notas conceituais e contextualização do caso brasileiro. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza; ABRÃO, Paulo; SANTOS, Cecília Macdoweel; TORELLY, Marcelo D. (Orgs.) **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro**: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. p. 105-123.

## **ANEXOS**

Figura 1: Dona Maria, mãe de Thomaz Meirelles.  
Disponível em <http://www.taquiprati.com.br/cronica/840>. Acesso em 08/04/2019.



Figura 2: Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto.  
Disponível em <http://www.taquiprati.com.br/cronica/983-thomazinho>. Acesso em 08/04/2019.

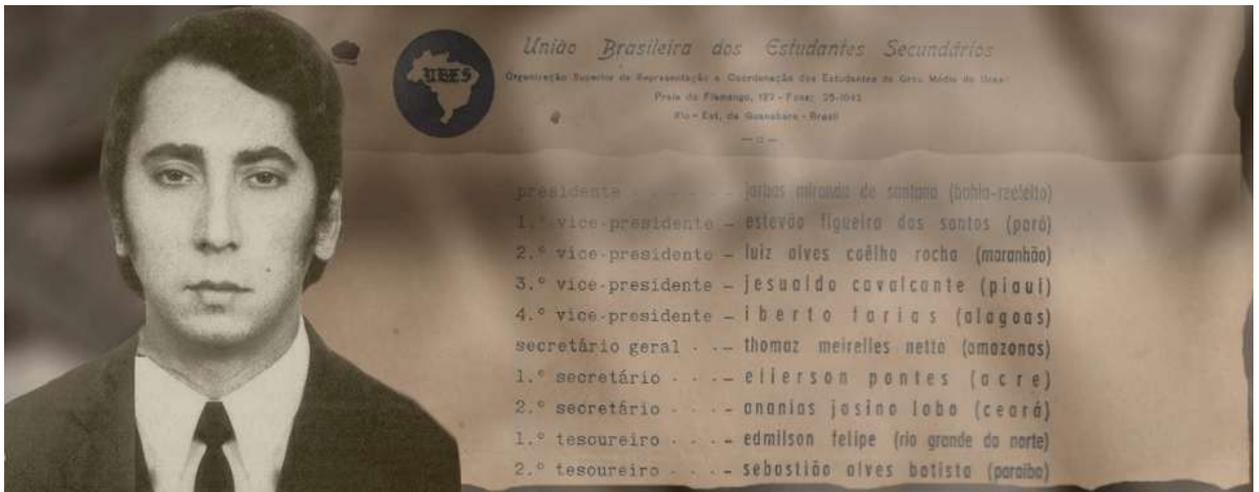


Figura 3: Thomaz Meirelles ao lado de sua esposa Miriam Marreiro.

Disponível em <http://www.taquiprati.com.br/cronica/938-carta-a-comissao-da-verdade-thomazinho>. Acesso em 08/04/2019.



Figura 4: Da esquerda para direita, Amazonino, Nobre Leão, Walmir Lindoso, Tino, Thomaz Meirelles e o então deputado federal Francisco Pereira da Silva, criador da Zona Franca de Manaus. Fonte: FIGUEIREDO, 2014.



Figura 5: Escola Tomazinho Meirelles, Parintins-AM.

Disponível em <https://www.deamazonia.com.br/?q=278-conteudo-105673-thomaszinho-meirelles-desapareceu-dois-meses-apos-prisao-de-santa-cruz-na-ditadura>. Acesso em 08/09/2019



Figura 6: Rua Tomazinho Meirelles, Parintins-AM.

Fonte: Google Maps, 08/09/2019.

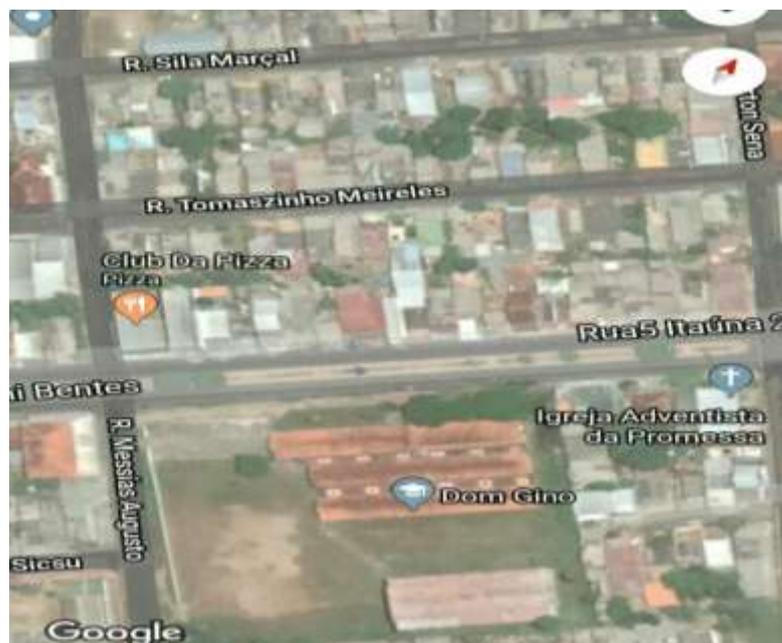


Figura 7: Escola Tomazinho Meirelles, Parintins-AM.

Disponível em <http://www.parintinspress.com.br/2019/11/escola-tomazinho-meirelles-gm3-comemora-25-anos-de-fundacao/>. Acesso em 25/11/2019.

